

Poder de compra das classes médias é dos mais baixos da União Europeia

Rede de centros de investigação analisou desigualdades entre países nos rendimentos, impostos e custo de vida. Um ganho médio alto em Portugal corresponde ao pobre de França ou Alemanha

Delfim Machado
delfim.machado@jn.pt

ECONOMIA As classes médias portuguesas estão entre as que têm menor poder de compra dentro da União Europeia (UE), revela um estudo do EconPol, uma rede europeia de universidades e centros de investigação que avaliou os rendimentos, o custo de vida e os impostos de 28 países. A classe média alta portuguesa seria média baixa em Espanha ou Itália.

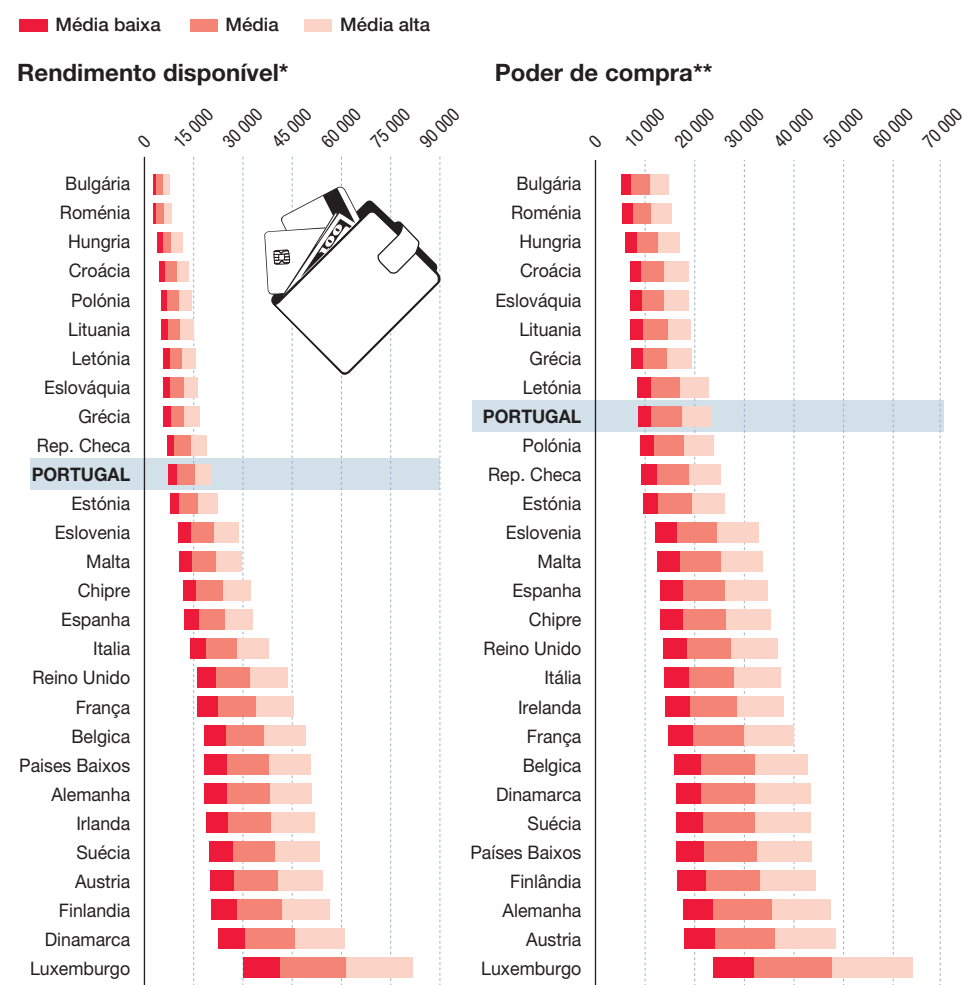
A proposta de Orçamento do Estado para 2024 entra terça-feira no Parlamento e uma boa parte das medidas destinam-se à classe média (ver na página seguinte). Segundo o EconPol, os portugueses da classe média são os que têm um rendimento anual disponível (após impostos e transferências) entre 7575 euros e 20 200 euros, o que dá entre 631,25 euros e 1683,33 euros por mês, a 12 meses. É o 18.º maior rendimento entre os 28 países analisados (União Europeia e Reino Unido).

Os dados são de 2019, mas permitem perceber a dimensão da desigualdade. Por exemplo, quem tem um rendimento anual disponível de 15 500 euros em Portugal integra-se na classe média alta, mas esse valor corresponde à classe média baixa em Espanha ou Itália, e nem sequer é considerado classe média, mas sim pobre, em 11 países como França, Alemanha ou Irlanda. Se a análise incidir no poder de compra, que tem em conta as diferenças de preços e de custo de vida entre países, Portugal está pior, em 19.º.

“ESTÃO EM DESCLASSIFICAÇÃO”

O estudo do EconPol mostra que as classes médias dos países periféricos como Portugal são as que têm menor poder de compra. Para João Teixeira Lopes, sociólogo e autor do livro “As classes médias em Portugal”, isto mostra que “a ideia de que há uma convergência a nível europeu é falsa”. Portugal “tem classes médias pobres em relação à UE” e “estamos destinados a permanecer países periféricos,

Classes médias na União Europeia e Reino Unido



*O rendimento disponível corresponde ao valor utilizável após impostos e transferências recebidas, como apoios ou pensões do Estado.
**O poder de compra é medido em paridades, que é um método de medição das diferenças de preços entre países. Corresponde ao rendimento disponível menos os gastos correntes em bens alimentares, energéticos e prestações com créditos.

FONTE: ECONPOL EUROPE - REDE EUROPEIA DE INVESTIGAÇÃO EM POLÍTICA ECONÓMICA E FISCAL - INFOGRAFIA JN

“Os últimos 20 anos foram muito fracos e não se vê que consigamos mudar. Temos que tornar atraente o investimento, o estrangeiro e o português, e isso não se faz com a taxa de IRC mais alta”



Pedro Braz Teixeira
Diretor do Gabinete de Estudos do Fórum para a Competitividade



João Teixeira Lopes
Sociólogo e professor na Universidade do Porto

“Não são tanto os impostos. Quando os serviços públicos se estão a degradar, como é o caso da educação, da saúde e da habitação pública, as classes médias ressentem-se”

pelo menos por aquilo que é a política europeia, veja-se o impacto da subida dos juros”, exemplifica. João Teixeira Lopes identifica “uma tendência muito grande para a proletarização das classes médias”, isto é, os rendimentos médios aproximam-se dos baixos. Este fenómeno mostra que as classes médias “estão em desclassificação social e em enorme vulnerabilidade” pois, em Portugal, “não conseguem fazer face a despesas imprevistas”, como o aumento dos juros ou a inflação.

SERVIÇOS PÚBLICOS SÃO SALÁRIO

O EconPol comparou a carga fiscal entre países e nota que as famílias das classes médias que têm filhos, em Portugal, têm a 25.ª mais alta. Ou seja, são das que pagam menos impostos entre os 28 países analisados. Porém, Portugal sobe para 19.º no caso de solteiros sem filhos. João Teixeira Lopes explica que o que mais afeta as classes médias “não são os impostos, ao contrário do que se diz”, mas sim “a qualidade dos serviços públicos, que são uma compensação, um salário indireto”.

O economista Pedro Braz Teixeira, diretor do Gabinete de Estudos do Fórum para a Competitividade, vê no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a melhor solução para aumentar salários e, por consequência, o poder de compra: “Os salários representam uma fração constante do PIB à roda dos 45%, e, portanto, se o país não crescer, os salários não podem subir”. No capítulo do crescimento, “estamos numa posição desfavorável” e o caminho previsto “é o de continuar a perder posições, deteriorando a nossa posição nessa escala da classe média”, antevê. Pedro Braz Teixeira considera impossível que esse crescimento aconteça sem investimento público e sem a redução do IRC para atrair investimento privado, nacional ou estrangeiro: “O investimento público nos últimos sete anos está abaixo do período da troika. É uma coisa de loucos”.

~ ENTREVISTA ~

“Portugal tem um nível de vida semelhante ao da Europa de leste”



Florian Dorn
Diretor EconPol Europa

FLORIAN DORN é coautor do estudo sobre as classes médias da União Europeia, diretor do EconPol e investigador no Instituto Leibniz de Investigação Económica, da Universidade de Munique. Num contexto de desigualdade entre classes médias, explica que Portugal se compara aos países de leste e que não é dos mais pobres da Europa toda, “apenas” da Europa Ocidental.

Concorda que as classes médias portuguesas estão entre as mais pobres da União Europeia?

Não concordaria totalmente. Depende da perspetiva e com que países comparamos. O rendimento familiar líquido da classe média portuguesa situa-se na 18.ª posição entre os 28 membros da UE, em 2019. Portanto, não está entre os mais pobres. Vários membros da Europa de Leste, bem como a Grécia, têm uma classe média com rendimentos inferiores. Na Europa ocidental, porém, a classe média portuguesa tem os rendimentos mais baixos.

Como definiram quem está na classe média?

Definimos que um agregado familiar pertence à classe média de um país se o rendimento estiver entre 75% e 200% do rendimento familiar médio do país. Em Portugal, trata-se de uma pessoa com um rendimento líquido anual entre 7600 euros e 20 mil euros.

E se considerarmos o custo de vida?

Se considerarmos o custo de vida, então a desigualdade entre as classes médias europeias diminui em geral. No entanto, Portugal ocupa apenas a 19.ª posição no que

diz respeito ao poder de compra. O nível de preços em Portugal é inferior ao de muitos países da Europa ocidental, mas é mais elevado do que em muitos países da Europa oriental. É por isso que Portugal está num nível de poder de compra do rendimento disponível semelhante ao da Polónia ou da República Checa. É preciso considerar o rendimento e o custo de vida.

A carga fiscal sobre a classe média portuguesa é baixa, no contexto da União Europeia, mas isso não significa que se viva melhor. Como analisa isso?

É verdade que isto não significa que vivam melhor, mas indica que a classe média portuguesa tem provavelmente maiores incentivos para trabalhar mais (uma vez que o rendimento adicional é menos tributado). Por outro lado, indica que o Governo teria mais margem fiscal, uma vez que não tributa a sua classe média como países com rendimento semelhante.

Não estão as classes médias a ficar mais pobres?

Os limiares são medidas estatísticas internacionais e, portanto, não são demasiado baixos para o nosso propósito. Usamos o mesmo método para cada país. Ser membro da classe média em Portugal não significa que um agregado familiar esteja entre os rendimentos médios na Europa. Portanto, estar no limiar mais baixo da classe média em Portugal é relativamente pobre em comparação com o mesmo grupo em muitos outros países. Portugal tem um nível de vida semelhante ao de muitos países da Europa de leste.

SMN nos 820 euros, aumentos de 5% e redução no IRS

Governo e parceiros sociais reforçam entendimento de outubro de 2022. No IRS, Costa diz que vai mexer nas taxas e atualizar escalões



António Costa aponta “o maior aumento anual” de sempre do salário mínimo

Sónia Santos Pereira
sonia.s.pereira@dinheirovivo.pt

CONCERTAÇÃO O reforço do acordo de rendimentos assinado ontem, sem as assinaturas da CGTP e, com surpresa, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) – ler mais na página 6 –, confirma intenções já anunciadas pelo Governo, que deverão ser inscritas na proposta do Orçamento do Estado para 2024, como é o caso do alívio no IRS, e avança com outras medidas que as empresas reivindicavam como a descida das taxas de tributação autónoma dos carros de empresa e incentivos à capitalização.

SMN Aumento será de 60 euros

O Salário Mínimo Nacional (SMN) aumenta para 820 euros a partir de janeiro de 2024, mais 60 euros do que o atual, e mais 10 euros do que estava previsto no acordo inicial. O referencial para aumentos salariais nas empresas é fixado em

5%, acima dos 4,8% anteriores.

PENSÕES Atualização pela fórmula

As reformas vão ser aumentadas por aplicação da atual fórmula de atualização e o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) será revisto do mesmo modo. O Governo compromete-se ainda a desenvolver um mecanismo para permitir o acesso à reforma a tempo parcial, em acumulação com rendimentos de trabalho, antes dos 66 anos.

IRS Redução faseada

O Governo compromete-se a prosseguir a redução faseada do IRS, em linha com o Programa de Estabilidade, que prevê uma descida global em torno dos 500 milhões de euros em 2024. António Costa foi ontem mais específico, falando em alívio “nas suas várias componentes: taxas, atualização de escalões, atuali-

HABITAÇÃO Incentivos às empresas

As empresas que assegurem habitação aos trabalhadores terão a partir de 2024 redução do IRC através da aceleração das depreciações fiscalmente relevantes de imóveis destinados a esse fim. Os valores utilizados pelas empresas no âmbito do Fundo de Compensação do Trabalho para soluções de habitação dos trabalhadores também ficarão isentos para efeitos fiscais e contributivos. Ficou ainda estabelecida a isenção de IRS e de contribuições para a Segurança Social ao nível do rendimento em espécie relativo à cedência gratuita ou onerosa de casa permanente aos trabalhadores pela empresa.

EMPRESAS Benefícios fiscais

O acordo fixa o reforço do Regime Fiscal de Incentivo à Capitalização das Empresas, prevendo uma taxa de benefício variável, favorecendo o recurso a capitais próprios em detrimento de alheios. As empresas verão também reforçado o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento. Para incentivar a atração e retenção de trabalhadores altamente qualificados, será alargado o âmbito das despesas elegíveis aos custos salariais dos trabalhadores com qualificações iguais ou superiores ao grau de mestre. Haverá lugar à redução da tributação autónoma, aplicável às viaturas, através da descida das taxas aplicáveis: de 10% para 8,5%; de 27,5% para 25,5%; e de 35% para 32,5%. 500. C.A.R

AJUDAS DE CUSTO Valores sobem

Ficou determinada a atualização para 40 céntimos do valor por quilómetro em carro próprio. As deslocações em território nacional terão uma ajuda de custo de 62,75 euros e as internacionais de 148,91 euros.